

# 4.1

“O nosso direito”:  
memória, história e biografia  
no Rio Negro.

Sidnei Peres\*

## RESUMO

Este ensaio biográfico aborda a trajetória social e o percurso militante de Clarindo Campos Tariana, um dos fundadores e presidente da Associação Indígena de Barcelos/Asiba (2000-2008). Foi um dos principais responsáveis pela consolidação institucional da Asiba devido à extrema dedicação com que desempenhou o seu cargo. O relato de sua vida ensina muito sobre os processos, as instituições e as configurações sociais iminentes às relações interétnicas e ao campo indigenista em mudança no Rio Negro, durante a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI. Suas decisões e escolhas se constituíram diante de horizontes de possibilidades objetivas (o regime de aviamento, as missões salesianas e o associativismo indígena) enquanto estrutura de plausibilidade para a formação de suas alegrias e tristezas, contentamentos e frustrações, certezas e dúvidas.

## PALAVRAS-CHAVE

Povos indígenas  
Amazônia  
Memória  
Biografia

\* Professor Titular da Universidade Federal Fluminense.

# introdução

Clarindo Chagas Campos foi presidente da Associação Indígena de Barcelos (Asiba) em dois mandatos (2000-2004 e 2004-2008), tendo sido um dos fundadores da Asiba, em fins de 1999, sendo eleito no ano seguinte seu primeiro presidente. Foi um dos principais responsáveis pela consolidação institucional da Asiba devido à extrema dedicação com que desempenhou o seu cargo. É também grande conhecedor dos mitos e das histórias do seu povo. Muito respeitado como ativista e dirigente, dotado de grande capacidade reflexiva e oratória, incorporou criativamente a retórica mais abrangente do movimento indígena ao contexto local. Ele é tariana,

nasceu na comunidade Marabitana<sup>1</sup>, no rio Vaupés, alto rio Negro,<sup>1</sup> atual município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. Ele fala tukano, piratapua, castelhano e português. Seu pai é tariana e sua mãe é piratapua. Sua esposa é tukano, com quem tem nove filhos, sendo que um deles é adotado. Segundo as regras de casamento e descendência no Alto e Médio Rio Negro, prevalecem a exogamia e a patrilinearidade e, assim, os Tukano são considerados primos-cunhados<sup>2</sup> dos Tariana. A estrita coexistência e a convivência entre diversos grupos étnicos e linguísticos, reforçada pela exogamia, possibilita que os indivíduos falem várias línguas (paterna, materna, português e/ou espanhol).

---

<sup>1</sup> No alto e médio rio Negro existem vários grupos étnicos: Arapaço, Baniwa, Baré, Desana, Maku, Kubeo, Kuripako, Piratapua, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werequena, Yanomami. As diversas línguas indígenas existentes são classificadas nas seguintes famílias linguísticas: Aruak, Tukano Oriental, Neengatu (ou Língua Geral) e Maku e Yanomami (ISA, 1996).

<sup>2</sup> Estão entre os grupos nos quais se encontram os parceiros matrimoniais preferenciais, juntamente com os Wanano e Piratapua.

## INTERNATO SALESIANO E REGIME DE AVIAMENTO: EDUCAÇÃO, TRABALHO E BIOGRAFIA INDÍGENA NO RIO NEGRO

Sua mãe faleceu quando ele tinha 3 anos de idade. O seu irmão se matriculou no internato salesiano de Taracúá, no baixo rio Vaupés.<sup>3</sup> Clarindo queria estudar no internato também, mas não o aceitaram devido à sua pouca idade. Ficou muito triste em Taracúá e não retornou com seu pai para a comunidade Buzina. “Andou jogado no rio Tiquié” (afluente do rio Vaupés), como ele mesmo disse, durante um ano. Retornou para Taracúá com sua tia, a irmã mais velha do seu pai. Este foi buscá-lo e ele não queria ir, mas foi levado para Buzina. Um patrão colombiano apareceu por lá procurando pessoas para extrair seringa no seu país. Desde o final do século XIX até meados do século XX (final dos anos 1960), patrões colombianos e brasileiros disputavam a mão de obra extrativista recrutada nos povoados indígenas do alto rio Negro. Os comerciantes (outra designação local para os patrões) brasileiros arregimentavam trabalhadores indígenas para atividades extrativistas (seringa, balata, piaçava, castanha) no médio rio Negro, mas os colombianos eram considerados muito violentos e não tinham a aprovação dos missionários salesianos (ANDRELLO, 2006). Como o patrão colombiano “trouxo muita mercadoria” e seu pai já estava casado com outra mulher, Clarindo resolveu então “andar pela Colômbia”. Ele foi junto com o pai e a madrastra. Passou a maior parte da infância na Colômbia, trabalhando no extrativismo sob o regime de aviamento.<sup>4</sup>

3 Os salesianos se instalaram no Rio Negro em 1914/1915, com a criação da Prefeitura Apostólica (depois transformada em Prelazia) em São Gabriel da Cachoeira (JACKSON, 1984). Depois o seu domínio se alargou com a fundação de várias unidades pastorais: Manaus (1922), Barcelos (1925), Taracúá (1929), Iauareté (1929) e Pari-Cachoeira (1940), Tapuruquara (1942), Içana (1950), Cauburis (1958), Cucuí (1967) e Maturacá. Em 1925 a Prefeitura Apostólica do Rio Negro foi elevada à Prelazia, subordinada à Inspeção Missionária em Manaus, e em 1981 tornou-se Diocese. Os salesianos atacaram algumas instituições sociais, insistiram em impor o uso da língua portuguesa e investiram na educação de crianças em internatos (JACKSON, 1984).

4 O regime de aviamento é um modo de recrutamento e exploração da força de trabalho baseado na dívida, ou seja, no adiantamento pelo patrão de mercadorias a preços exorbitantes em troca de produtos da floresta (seringa, piaçava, balata, castanha, peixes ornamentais etc.). Os extrativistas (*fregueses*) ficam presos ao patrão pela dívida contraída na aquisição das mercadorias, ficando obrigados a entregar sua produção apenas ao patrão com o qual estabeleceram um vínculo pessoal e mecanismos coercitivos de (i)mobilização da força de trabalho.



Área geográfica do percurso biográfico de Clarindo Campos.  
Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Barcelos>,  
acesso em 25/03/2018

Um primo de Clarindo, de Santa Isabel do Rio Negro,<sup>5</sup> construía botes e vendia na Colômbia para os seringueiros. Ele tinha muitos motores e recrutava vários seringueiros. Seu pai era primo do avô de Clarindo. Seu primo pagou a dívida do pai de Clarindo ao patrão colombiano de Barranquilla. Ficaram trabalhando para o primo no rio Idara, na Colômbia, vendendo lenha. Conseguiu pagar sua conta com o primo extraindo seringa e assim “ficaram independentes do patrão”. Seu pai construiu uma canoa e foi para Mitu, capital do departamento Vaupés na Colômbia, onde moraram durante muito tempo. Depois viajaram a remo até Yauareté, no médio rio Vaupés. Clarindo então já tinha 10 anos de idade e foi estudar no internato salesiano de

Portanto, não há contratos formais de trabalho, nem direitos juridicamente afirmados e nem pagamentos em dinheiro pela produção extrativista. O patrão é aquele que monopoliza o acesso e controla a cadeia comercial respectiva e detém a propriedade de embarcações (próprias para carregar grandes volumes de produtos da floresta) (PERES, 2013).

5 Cidade situada no médio rio Negro. Segundo o último Censo Demográfico (2010), Santa Isabel (antiga Tapuruquara) é a sede do município de mesmo nome e figura entre os cinco municípios que apresentam maior população indígena no Brasil em termos absolutos e em sexto lugar em termos proporcionais à população total.

Taracúá. Teve dificuldade no início, pois mal sabia falar o português, já que usava mais a língua castelhana para se comunicar.

Como no internato o grau de escolaridade era apenas até a 4ª série foi para São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro, procurar emprego a fim de conseguir dinheiro e continuar os estudos. Trabalhou durante um curto período na prefeitura, mas a remuneração era baixa e se demitiu. Passou a vender lenha junto com seu pai para a Companhia Estadual de Eletricidade (Celetra). Não conseguiu economizar dinheiro para se matricular no colégio salesiano e, como não tinha toda a quantia para pagar a matrícula, o bispo Dom Miguel Allagna recusou sua entrada. Voltou para Marabitanas e depois retornou a São Gabriel para tentar estudar novamente. Descarregava as balsas da prelaia; as mercadorias eram enviadas para todas as missões no rio Negro: Taracúá, Pari-Cachoeira, Assunção do Içana, Yauareté etc. Foi Dom Miguel Allagna que conseguiu este emprego para Clarindo. Com muito esforço conseguiu terminar a sétima série no turno supletivo, pois estudava e trabalhava. Deixou esta ocupação por causa de desavenças com o chefe salesiano dos estivadores.

## MILITARIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTISMO E ATIVISMO INDÍGENA

Clarindo então conheceu um empreiteiro e foi trabalhar com ele para a empresa Queiroz Galvão. Faziam cercas para os quartéis, construíam casas etc. Nessa época, anos 1970, o Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) estava sendo instalado, uma subsidiária do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), assim como outras firmas industriais e técnicas incumbidas da construção da Perimetral Norte (BR-307). Eram tempos de ditadura militar e dos programas governamentais de integração da Amazônia através de grandes obras de engenharia e projetos de colonização nas margens de rodovias. A possibilidade de trabalhar na construção da rodovia e adquirir um lote a ser distribuído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ao longo da BR-307 ocasionou um enorme fluxo de migrantes nordestinos. Os deslocamentos populacionais no rio Negro também incluíram os índios, principalmente rumo a São Gabriel da Cachoeira, que se tornou um polo regional de acesso a empregos e serviços públicos (PERES, 2013). Clarindo morava no alojamento junto com a “peãozada”. Seu pai procurou-o e convidou-o para lecionar em Marabitanas, pois faltava professor lá, onde ele permaneceu durante seis anos. No final dos anos 1970, o regime de internato nos centros missionários salesianos começou a ser reduzido e foram implantadas “escolas rurais” nos povoados indígenas, depois municipalizadas.

Em 1982, viajou para Barcelos<sup>6</sup> em busca de emprego. Recebeu uma proposta de emprego na retransmissora de TV: iria atender telefonemas e fazer outros serviços. Nessa época a cidade de Barcelos se restringia ao que hoje é o centro mais urbanizado. No município já havia um grande contingente indígena, no interior (fora da sede), por causa das migrações de indivíduos e famílias do alto rio Negro, recrutadas como força de trabalho extrativista pelos patrões desde o final do

6 Barcelos, conhecida também pelo seu nome antigo, Aldeia de Mariuá, foi fundada em 1728, tendo sido a primeira sede da capitania de São José do Rio Negro. É a sede do município de mesmo nome que está entre os dez municípios brasileiros que apresentam as maiores populações indígenas, ocupando o nono lugar, segundo o Censo Demográfico de 2010. Aproximadamente um terço (32,53%) é de indígenas.

século XIX, mesmo sendo minoritária em face da população não indígena (PERES, 2013). Este contingente indígena se fixava em torno de povoados e fazendas dominados pelos patrões. Com a decadência destes povoados e fazendas, por causa da crise da economia extrativista (e da grande rede de aviação e clientelismo comercial respectivo), afrouxaram-se relativamente os laços pessoais de dependência; houve a formação de um contingente expressivo de jovens indígenas escolarizados e portadores de expectativas subjetivas associadas a um estilo (amazônico) de vida urbana; e se deu o fim do regime de internato nas missões salesianas, já que a demanda por educação e saúde provocou deslocamentos indígenas para a cidade de Barcelos.

O município de Barcelos (e o médio rio Negro em geral) sempre foi considerado pela elite econômica e política local como uma sociedade cabocla na qual a condição indígena não era reconhecida, pois estava relegada a um passado de extermínio e fuga para outras regiões. A memória oficial de Barcelos, eternamente ressentida pelo fato de ter perdido a condição de capital da Amazônia ocidental, silenciava as experiências de migração e trabalho sob regime de aviação tão marcantes nas trajetórias individuais e familiares indígenas.

Deslocando o foco novamente para o nosso personagem, Clarindo retornou para sua comunidade no rio Vaupés para avisar a seu pai que iria trabalhar em Barcelos. Queria ficar somente por uma ou duas semanas, mas os pajés fizeram um cigarro, benzeram o coração dele e o prenderam na comunidade: “Mas eles fizeram um cigarrão lá e me seguraram, me prenderam. Eles têm esses costumes. Os pajés, eles prendem. [...] Eles benzem o coração da gente também pra se acostumar, tudo, tudo eles fazem. Parece que você está na sua casa, mesmo se for de fora”, segundo o próprio Clarindo. Fez concurso para agente de saúde e foi aprovado. Quando concluiu o estágio de três anos, abriram vagas no Sistema Único de Saúde (SUS). Ficou como funcionário efetivo, com carteira de trabalho assinada. Trabalhou durante dez anos na área de saúde, atendia a 14 comunidades do rio Vaupés, de Marabitaná até abaixo de Taracuá. Mesmo assim viajou por 80 comunidades no distrito de Yauareté dando remédios, fazendo reuniões e dando palestras sobre prevenção de saúde, higiene, nutrição etc. Participou ativamente da criação da União Indígena do Distrito de Iauareté (Unidi), em 1988, e das manifestações organizadas por esta organização contra a demarcação em colônias agrícolas e o Projeto Calha

Norte,<sup>7</sup> apesar de não ter exercido nenhum cargo de direção, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

No período entre 1987 e 1992 surgiram 12 novas associações em um clima de agudo conflito entre a população indígena em função das propostas alternativas de demarcação em colônias indígenas ou território contínuo (ISA, 2000). A fronteira associativista no rio Negro deslocava-se para o rio Papuri, o alto Içana/Aiari, o alto Tiquié e as áreas mais distantes do médio rio Negro (mais próximas da cidade de Santa Isabel do Rio Negro), onde algumas associações estavam sendo criadas. O critério aglutinador era geográfico (um conjunto de comunidades localizadas em um trecho de rio, em um ou mais rios, ou em um distrito), e sua composição era etnicamente diversificada. Isto demonstra que a atual distribuição dos grupos étnicos ao longo dos rios, sua organização social em comunidades, e os problemas comuns de um conjunto de comunidades estabelecidas em uma determinada localidade configuram o modelo associativo de mobilização política da etnicidade no rio Negro (PERES, 2013).

A criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em 1987, os processos novos e conflituosos de ocupação e uso dos recursos naturais no alto e médio Rio Negro<sup>8</sup> e o reconhecimento pela Constituição Federal de 1988 do direito dos povos indígenas e suas organizações de se fazerem representar diretamente nos tribunais e perante o Estado brasileiro deflagraram a expansão do associativismo como forma privilegiada de mobilização e organização política da etnicidade. Ocorreu a culminância de um fenômeno de transformação do estigma da ancestralidade nativa em orgulho étnico, de recuperação moral da etnicidade indígena como elemento positivo nas condições de reconhecimento social.

7 O Projeto Calha-Norte, formulado no governo do presidente José Sarney (1985-1989), era um megaprojeto de integração territorial da região Norte da Amazônia ocidental, congregando objetivos desenvolvimentistas (implantação e expansão de malhas viárias, hidrelétricas, de colonização, urbanas e empresariais) e geopolíticos (construção de quartéis, aeroportos, transporte fluvial e vigilância de fronteiras). Desde o início dos anos 1980 a cúpula militar buscava um controle maior dos processos de demarcação de terras indígenas. A regularização fundiária das terras indígenas incidentes na área de implantação do PCN estabeleceu um padrão territorial de áreas reduzidas, categorizadas como colônias indígenas e circundadas por florestas nacionais. As colônias indígenas eram destinadas a índios aculturados (em nítida contradição com a Constituição Federal de 1988) e as florestas nacionais eram reservas de recursos naturais destinadas ao “uso racional” por não indígenas (OLIVEIRA, 1990).

8 Forte presença de empresas mineradoras e garimpos.



Sede da Foirn, em 24/10/2001.  
Foto: Sidnei Peres

Clarindo pediu demissão do seu cargo de agente de saúde devido a um desentendimento com a diretoria da Fundação Nacional de Saúde (FNS) em São Gabriel da Cachoeira porque ela não providenciou a remoção do seu pai para Manaus para fazer uma cirurgia. Já estava casado. Mudou sua residência para São Gabriel da Cachoeira, onde permaneceu durante um ano na casa de um tio, no bairro Boa Esperança. Quando acabou o dinheiro que tinha poupado, quebrou pedras para vender. Mudou-se para o bairro Dabaru, construiu mais um cômodo na casa de uma “avó” tukano (mãe de um primo do seu pai, aquele que pagou a dívida dele com o patrão colombiano). Resolveu então ir para o Balaio.<sup>9</sup> Deram a ele um terreno muito bonito para sua família fazer roça, mas Clarindo não se adaptou bem ao lugar: “Tinha muita malária, era muito isolado, o preço da passagem de ônibus para São Gabriel era alto”. Moraram em local separado da comunidade durante três anos, quando decidiram ir para “um lugar grande, mais movimentado”. Não cogitava ainda Barcelos, mas admitiu mudar novamente de residência. A visita de uma tia sua que morava no Rio de Janeiro foi decisiva para convencê-lo a viver novamente em uma “sociedade grande”.

9 Situada no alto rio Negro, às margens da estrada que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí. Esta comunidade foi formada pelo deslocamento de famílias desana (eticamente identificadas assim conforme o princípio da patrilinearidade) que viviam no distrito de Taracuá ao considerarem a localidade boa por causa da fartura de peixes (PERES, 2013).

A trajetória biográfica de Clarindo é ilustrativa da aspiração de autonomia recorrente no imaginário e nas estratégias individuais e coletivas de inserção nos contextos interétnicos do rio Negro, subjacente a uma concepção de bem viver contraposta a isolamento. Autonomia implica este constante movimento de saída e retorno para a comunidade de origem, trazendo algo adquirido lá fora (conhecimentos, mercadorias e cônjuges) em seu benefício. Os limites de definição desta comunidade de origem podem ser redefinidos em certos momentos biográficos principalmente vinculados à militância indígena e abranger os parentes<sup>10</sup> de toda uma calha de rio (ou um trecho dela) ou até de todo o rio Negro.

## ASSOCIATIVISMO INDÍGENA E A EMERGÊNCIA DOS ÍNDIOS DE BARCELOS

Clarindo Campos vendeu alguns pertences para viajar logo para Barcelos, mas seus filhos pegaram gripe e por isso ficou ainda por três meses em São Gabriel da Cachoeira, na casa de um tio, no bairro Boa Esperança. Gastou todas as suas economias enquanto esperava o restabelecimento da saúde dos filhos e teve que pedir uma passagem de recreio para Barcelos a um funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai), que era seu amigo, pois já tinha feito as transferências das vagas dos filhos para o colégio salesiano de Barcelos. Ele conseguiu a autorização no barco para a viagem de Clarindo com a sua família. Chegaram em Barcelos em março de 1998. Dois tios dele já moravam lá há muitos anos e um deles era dono de uma pequena padaria. Foi este que cedeu um pedaço do seu terreno para Clarindo construir a sua casa, no bairro São Sebastião.<sup>11</sup> As terras deste bairro pertenciam à Prelazia do Rio Negro, que vendeu lotes aos indígenas que pagaram com paineiros de farinha. Os moradores indígenas têm suas roças nas margens da estrada Barcelos-Caurés ou em comunidades e sítios próximos ou mais afastados da

10 Esta palavra está destacada em itálico, pois remete a uma categoria genérica de identificação muito utilizada entre os ativistas no universo social do movimento indígena. Pressupõe a extensão de uma solidariedade da esfera do parentesco para a esfera política de imaginação de uma comunidade étnica abrangente.

11 A população indígena residente na cidade se distribuiu pelos bairros São Sebastião, Aparecida, São Lázaro, São Francisco ou Sororocal, Nazaré, Mariuá e Centro.



Cidade de Barcelos, em 07/06/2010.  
Foto: Sidnei Peres

cidade. Em geral, não possuem títulos de propriedade das terras situadas na estrada, nem dos terrenos e casas onde moram (PERES, 2013).

Maria Aparecida, esposa de Clarindo, fazia bolsas de crochê e outras peças de artesanato e vendia para uma senhora piratapuia, que revendia as peças na sua loja situada no centro da cidade. Nos anos 1980 e 1990, houve um fluxo de famílias indígenas para a cidade de Barcelos (e para o município como um todo)

provenientes de comunidades e sítios, na sua maioria do município vizinho de Santa Isabel do Rio Negro. Os anos 1990 foram especialmente difíceis para os grupos indígenas no município de Santa Isabel do Rio Negro por causa da presença de garimpeiros e mineradoras, que proibiam o acesso a determinadas áreas de

recursos básicos para as comunidades indígenas, bem como geravam outros problemas, como criminalidade, violência, alcoolismo etc. (ISA, 1996). Uma parcela desses moradores indígenas da cidade era oriunda dos piaçabais das bacias dos rios Aracá, Demeni, Preto e Padauri onde os extrativistas viviam confinados sob o poder monocrático do patrão. Muitos nem sequer visitavam a sede municipal, a não ser em época de eleição, conduzidos e retornados pelo próprio patrão. Depois de obterem a autorização de ocupação com o prefeito, solicitavam a delimitação e a medição na prefeitura.

Visando à sua reeleição, o prefeito de Barcelos (1997-2000) estava incentivando – cedendo terrenos para roça e material de construção das casas – a migração de moradores dos municípios vizinhos em troca de votos. Clarindo procurou-o. José Beleza falou para ele cortar madeira, paus roliços, travessões, esteios e que não se preocupasse com o restante (pregos, ripas e zinco) que ele providenciaria. Ele tirou todo o material, mas o prefeito só adiava a entrega do que havia prometido. Decidiu então cortar palha de coroá<sup>12</sup> e fez o teto da sua casa. Eram muito precárias as condições de sustento da família. Ele tinha oito filhos na ocasião. Os maiores vendiam dindim (picolé ensacado) para ajudar e colaboravam na feitura do artesanato. Ele solicitou também ao prefeito um terreno para fazer roça. Beleza inventou algumas desculpas para não conceder, mas Clarindo acabou conseguindo o terreno na margem da estrada do Caurés. Depois de cinco meses já haviam colhido a mandioca, e fizeram farinha para vender em casa. A clientela foi crescendo e a situação melhorando: “E foi quando surgiu esse movimento indígena aqui em Barcelos. Lugar que eu nunca esperava ter movimento indígena”.

No final dos anos 1990 estava consolidado um processo de etnogênese e ativismo indígena em moldes associativistas no alto rio Negro, que se ampliou para o médio rio Negro na década seguinte. Direitos territoriais concretizados em um mosaico de terras indígenas e um movimento indígena estreitamente vinculado à cooperação internacional e a uma esfera pública ambientalista global. O surgimento da Associação Indígena de Barcelos (Asiba) está inserido num movimento maior de retomada de identidade étnica, associativismo

<sup>12</sup> É uma planta terrestre, da família das bromeliáceas. Suas folhas fornecem longas fibras, de grande resistência e durabilidade. Também é conhecida pelo nome de caroá, carauá, caruá, coroatá, crauá, croá e gravatá.



I Encontro dos Povos Indígenas de Barcelos, 05/11/1999.  
Foto: Iphan

indígena e conquista de direitos territoriais no rio Negro, mas apresenta algumas particularidades. Em Barcelos o movimento indígena emergiu no seio de demandas por melhores condições de inserção no tecido social urbano, fosse através da comercialização da produção artesanal e da valorização de bens culturais, fosse por meio do acesso aos serviços de atendimento de saúde, e desenvolveu-se a partir de um processo de reafirmação étnica que abarcou moradores indígenas da cidade de Barcelos (PERES, 2013). A Asiba foi criada em 1999, no I Encontro da Comissão Provisória Indígena, realizado em 05 de novembro no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Conceição, no bairro São Sebastião, por causa da situação de privação e discriminação que as famílias indígenas que moravam na cidade vivenciavam, principalmente nas esferas de saúde, moradia, educação e renda (preços irrisórios pagos pela produção artesanal indígena).

“Eu, cansado de trabalhar na política indígena, decidi migrar para Barcelos, me tornar anônimo, me esconder por aí, me tornar branco” (Clarindo Campos, pronunciamento na miniassembleia de Tapera, no rio Padauri, 21/09/2001, citado em PERES, 2013). Clarindo Campos contrapõe o tempo em que morava na sua comunidade de origem e era um participante ativo do movimento indígena ao momento inicial de residência em Barcelos, quando pretendia viver despercebido e confundido no meio dos brancos. O seu tio Elpídio, que também mora em Barcelos, foi quem o avisou sobre a reunião indígena ocorrida no salão paroquial no dia 05 de novembro de 1999. Clarindo resolveu então comparecer ao evento somente para ver o que estava

acontecendo. Não pretendia mais se envolver com movimento indígena, “ser uma pessoa pública”, queria permanecer “escondido”, sem aparecer, discreto, queria mudar o rumo da sua vida. Seu objetivo era apenas sustentar sua família, trabalhar ao lado dos filhos para educá-los. Barcelos era o lugar ideal para isso. Na reunião, Ismael Moreira, que o conhecia lá de Yauareté e é tariana como ele, convidou-o a participar da comissão provisória.<sup>13</sup> Clarindo aceitou e foi eleito junto com Cecília Tukano, Virgília Baré, Claudino Baniwa, Romilda Baniwa, Edgar Baré, Benjamin Baniwa, Américo Tariana, Dilsa Baré e Maria Miguel Baniwa. Estava criada a Associação Indígena de Barcelos – Asiba.

O 2º Encontro da Comissão Provisória Indígena ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 1999, no salão da Escola Municipal Padre Clemente Salleri, no bairro Aparecida. Estavam presentes em torno de 40 participantes das seguintes etnias: Baré, Baniwa, Tukano, Desana, Piratapuia, Arapaço e Werequena. Esta reunião contou com a colaboração de representantes da FOIRN, do Instituto Socioambiental (ISA), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Nesta assembleia foi formada a comissão para elaborar o estatuto e Clarindo foi eleito presidente da diretoria provisória. Os outros componentes da diretoria eram os seguintes: Cecília Tukano (vice-presidente), Benjamin Baniwa (secretário), Claudino Baniwa (tesoureiro). Essa reunião marcou a entrada da Asiba na rede associativista rio-negrina e no campo do movimento indígena em níveis regional e nacional.

A Asiba, a partir do ano seguinte, se aproximou das comunidades do interior por ocasião de visitas realizadas, em final de abril e maio, para o levantamento da população indígena de Barcelos visando à expansão do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro

<sup>13</sup> Em 1999, foi realizado um levantamento sobre bens culturais destinados à preservação em Barcelos, a partir do registro e do reconhecimento como patrimônio nacional, por uma equipe da 1ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, sediada em Manaus. O escritor tariana e militante indígena Ismael Moreira, residente há muitos anos em Manaus, foi convidado para estabelecer um clima de confiança e viabilizar o trabalho entre os moradores indígenas de Barcelos. Ele foi integrado à equipe do Iphan, aplicou questionários e coordenou reuniões nas casas de 131 famílias indígenas, de 27/10 a 10/11/1999, estimulando um sentimento latente de pertencimento coletivo a partir da afirmação pública da sua origem étnica diferenciada e da experiência comum de privações e discriminações naquele contexto urbano amazônico. Ismael ajudou a organizar o 10 Encontro Indígena de Barcelos (PERES, 2013).

(DSEI/RN).<sup>14</sup> Clarindo participou da equipe durante a segunda fase do levantamento, nas comunidades a jusante da cidade de Barcelos. Em abril de 2000, Clarindo (junto com Benjamin Baniwa, então secretário da Asiba) participou da caravana indígena chamada Marcha dos 500, ampla manifestação indígena em âmbito nacional em homenagem aos 500 anos de resistência e contrária às comemorações oficiais do descobrimento do Brasil, adiando assim a realização da II Assembleia da Asiba para 10, 11 e 12 de junho de 2000. Representantes das comunidades compareceram levando suas demandas e denunciando invasões, e principalmente reclamando das condições aviltantes de trabalho nos piaçabais e do poder arbitrário e violento dos patrões. Outros dois temas importantes discutidos foram educação indígena e o Distrito Sanitário Especial Indígena. O estatuto foi aprovado e Clarindo foi eleito presidente pelos próximos quatro anos, juntamente com os outros integrantes da diretoria: Benjamin Baniwa (vice-presidente), Marinete Luciano Baniwa (secretária) e José Alberto Peres (tesoureiro) (PERES, 2013).

Em 2001, a Asiba estreitou mais ainda os laços com as comunidades, ali realizando pequenas assembleias preparatórias e de mobilização para a III Assembleia Geral na cidade de Barcelos. Nessa ocasião, os representantes das comunidades renovaram as denúncias de invasão de suas terras por geladores,<sup>15</sup> turismo de pesca esportiva, domínio arbitrário das colocações extrativistas pelos patrões e acentuada exploração do trabalho nesses locais. Apresentaram também, pela primeira vez, publicamente, a demanda pela demarcação das terras indígenas. O associativismo se constituiu então em um novo canal para a expressão coletiva do desejo de autonomia em face dos patrões e de controle sobre os recursos básicos para a reprodução social das comunidades. Clarindo já era então uma liderança reconhecida e respeitada entre os moradores indígenas na cidade e nas comunidades e sítios; não era mais aquele recém-chegado de São Gabriel da Cachoeira, “anônimo” e “escondido” no meio dos brancos, conforme suas palavras. As autoridades municipais também passaram a considerar a associação indígena como uma peça importante no jogo político local e Clarindo, como má-

<sup>14</sup> Promovido pela FOIRN/ISA para a ampliação do DSEI/RN que estava restrito ao município de São Gabriel da Cachoeira.

<sup>15</sup> “Gelador” é o termo local que designa os barcos de pesca comercial que operam na região para obter grandes volumes de pescado.



Sede Asiba, em 06/12/2003.  
Foto: Sidnei Peres

ximo representante do movimento indígena em Barcelos, era um interlocutor relevante.

## CONSOLIDAÇÃO DA ASIBA E DEMANDAS DE DIREITOS TERRITORIAIS

Na sua primeira gestão, a associação tornou-se um órgão importante de defesa dos direitos indígenas, fazendo denúncias contra os empresários do turismo de selva e de pesca, contra os geladores, mas principalmente contra as arbitrariedades dos patrões e as absurdas dívidas que sustentam o regime de aviamento. A Asiba passou então a contar com parceiros importantes como a Funai/Barcelos, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa/Barcelos), a Fundação Vitória Amazônica (FVA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a ONG catalã Caldes Solidaria, a Universidade de Barcelona, o Núcleo de Estudos Amazônicos da Catalunha (Neac). Este leque de parceiros institucionais proporcionou a captação de recursos para vários projetos (principalmente nas áreas de agricultura e apicultura). A Fundação Vitória Amazônica colaborou com estudos e ações destinados à capacitação e à viabilização comercial do artesanato indígena e de sistemas agroflorestais. Foram criados os departamentos de educação, de agricultura, de mulheres e de artesanato (PERES, 2013).

Um componente importante do projeto de consolidação institucional, apoiado pela Caldes Solidaria, era a aproximação com as comunidades do interior e a mobilização para a assembleia geral da Asiba. Foram programadas quatro miniassembleias: uma em Cumaru, no rio Negro, a montante de Barcelos; uma em Tapera,

no rio Padauri; uma em Elesbão, no rio Aracá; e outra em Carvoeiro, no rio Negro a jusante de Barcelos. Os principais assuntos tratados foram direitos indígenas, terra, o DSEI/Barcelos e a formação do conselho local de saúde indígena. Clarindo, como presidente da Asiba, participou diretamente das visitas nas comunidades e investiu toda a sua credibilidade e o seu prestígio, expressando posicionamentos contundentes e apresentando argumentos elucidativos na discussão sobre direitos, terra e conflitos socioambientais. Mas Clarindo provocava a reflexão sobre os problemas e as injustiças vivenciadas com um discurso que combinava uma linguagem mais abstrata de direitos indígenas com as categorias e as noções emocionalmente carregadas de experiências e conhecimentos práticos gerados em situações interétnicas compartilhadas empiricamente ou intersubjetivamente inteligíveis. Era impressionante como ele ilustrava sua narrativa com eventos biográficos, históricos e míticos (e nem sempre era possível assim delimitá-los rigidamente), possibilitando um espaço de interlocução propício à intensa participação, tanto nas reuniões como nas conversas informais.

O projeto de consolidação consistia também na realização da própria assembleia geral, que aconteceu entre os dias 26 e 28 de outubro de 2001.<sup>16</sup> Nessa oportunidade, vários representantes das comunidades fizeram denúncias sobre as invasões do turismo de pesca esportiva, dos geladores e quanto à acentuada exploração dos patrões, e solicitaram formalmente a delimitação e a demarcação de suas terras através de abaixo-assinados entregues ao administrador regional da Funai/Manaus presente na ocasião (PERES, 2013). A assembleia foi também uma demonstração condensada da nova esfera pública local constituída pela política de identidade étnica, codificando uma percepção difusa de privações e injustiças no idioma da cidadania indígena. Uma novidade notável diante das assembleias anteriores se refere à presença substancial de líderes indígenas da Amazônia, sinalizando o maior acesso e a visibilidade da Asiba no movimento indígena no plano macrorregional em relação aos dois anos anteriores.

A V Assembleia da Asiba tinha como principal ponto de pauta a eleição da nova diretoria, no teatro da Escola São Francisco de Sales, de 07 a 09 de junho

<sup>16</sup> O comparecimento indígena foi muito bom, variando entre 100 e 267 participantes, habitantes da cidade e das comunidades, das seguintes etnias: Baré, Baniwa, Tukano, Desana, Werequena, Tariana, Arapaço, Tuyuca, Piratapua, Lanaua, Canamari e Apurinã.

de 2004. Os temas discutidos foram: educação indígena, DSEI/Barcelos, demarcação das terras, revisão do estatuto da Asiba e eleição da diretoria. As seguintes demandas foram apontadas como urgentes: formação de professores indígenas em educação diferenciada no município de Barcelos, contratação de um professor para a escola da comunidade de Canafé, formação de uma equipe para a identificação das terras indígenas no município de Barcelos, regularização do Departamento de Educação Escolar Indígena da Semec/Barcelos e ampliação do seu quadro de funcionários num sistema paritário de representação, e a implantação do ensino fundamental diferenciado de 5ª a 8ª série.

Clarindo Campos foi reeleito presidente por mais quatro anos (2004-2008), juntamente com Dilsa Tomás Peres Baré (vice-presidente), Roseane Silva Tomás Baré (secretária) e Maria Lucilene Fidelis Baniwa (tesoureira). Houve disputa entre três chapas e a chapa 3, encabeçada por Clarindo, ganhou com uma diferença de 178 votos contra 133 votos alcançados pela Chapa 1. Nesse momento em que a demanda pela demarcação das terras era o ponto principal de discussão na assembleia e constituía uma expectativa consolidada nas comunidades, os patrões (e o poder público local) faziam campanha para desacreditar a viabilidade de demarcação de terras indígenas no município de Barcelos e a idoneidade dos dirigentes da Asiba. A figura de Clarindo, conseqüentemente, era atacada pelos patrões visando enfraquecer seu prestígio diante dos indígenas residentes na cidade e nas comunidades

Em fins de 2006, o Neac suspendeu sua colaboração e a partir do ano seguinte FOIRN e ISA passaram a atuar com maior regularidade junto à Associação das Comunidades Indígenas do médio rio Negro (ACIMRN) e a Asiba. Em 2007, a Funai promoveu a realização de estudos de identificação e delimitação de terra indígena nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, formando dois grupos técnicos (GTs).<sup>17</sup> No último

<sup>17</sup> Todavia, os respectivos relatórios antropológicos não foram aprovados pela Coordenação Geral de Identificação e Delimitação da Funai e dois novos grupos técnicos foram formados, em fins de outubro de 2009, para realizar novos estudos antropológicos e ambientais. Uma das equipes ficou incumbida dos estudos de identificação na bacia dos rios Jurubaxi e Téa; e o outro na bacia dos rios Aracá e Padauri, na margem esquerda do rio Negro, incluindo também a área de abrangência da Comunidade Canafé, na margem direita. A terra indígena Jurubaxi-Téa (1.208.000ha) concluiu seu processo de identificação e delimitação com a emissão da Portaria de Declaração, pelo ministro da Justiça, em 11/09/2017. O relatório antropológico de identificação e delimitação da Terra Indígena Aracá-Padauri encontra-se ainda em apreciação na Coordenação Geral de Identificação e



Assembleia Geral da Asiba, 27/10/2001.  
Foto: Sidnei Peres

ano da segunda gestão de Clarindo à frente da Asiba foram criadas quatro associações indígenas: a Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demeni (Aibad); a Associação Indígena de Floresta e Padauri (AIFP); a Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi (Aiaca); e a Associação Indígena do Baixo Rio Negro e Caurés (AIBRNC). Todavia, os patrões também se mobilizaram (PERES 2010). A Cooperativa de Piaçabeiros do Médio e Alto Rio Negro (Copiaçamarim) foi criada em 2008 para confrontar qualquer proposta de ordenamento territorial que reconhecesse direitos indígenas. Esta cooperativa é liderada por pequenos patrões, que recrutam diretamente os piaçabeiros e estão subordinados aos patrões que ocupam posição privilegiada na rede comercial da piaçava, que se estende para fora da região do médio rio Negro.

Delimitação/Funai.

# considerações finais

Concluo aqui este ensaio sobre a trajetória biográfica e o percurso militante de Clarindo Campos Tariana, num momento em que ele deixa de ser presidente de uma associação indígena fortalecida, uma base institucional consolidada para a luta por direitos territoriais e para o enfrentamento de adversários (os patrões, associados à Câmara de Vereadores e à Prefeitura) também organizados em agências de mobilização política aptas para o confronto sustentado. Ele continua sendo um personagem importante na luta pelos direitos indígenas no médio rio Negro, mas é preciso escolher algum ponto para interromper o relato sobre a história do movimento indígena a partir de um dos seus grandes protagonistas. O relato de sua vida ensina muito sobre os processos, as instituições e as configurações sociais imanentes às relações interétnicas e ao campo indigenista em mudança no rio Negro durante a segunda metade do século XX e primeira década do século XXI. Suas decisões e escolhas se constituíram diante de horizontes de possibilidades objetivas (o regime de aviamento, as missões salesianas e o associativismo indígena) enquanto estrutura de plausibilidade para a formação de suas alegrias e tristezas, contentamentos e frustrações, certezas e dúvidas.

# referências bibliográficas

ANDRELLO, G. Cidade do Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: Editora Unesp/ISA; Rio de Janeiro: Nuti, 2006.

ISA. Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

\_\_\_\_\_. Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

JACKSON, J. Traducciones competitivas del evangelio em el Vaupés, Colombia. *América Indígena*, 44 (1), p. 49-94, 1984.

OLIVEIRA, J. P. Segurança na fronteira e novo indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte. In: OLIVEIRA et al. Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras (*Antropologia & Indigenismo*, nº 1). Rio de Janeiro: UFRJ/PETI-Museu Nacional 1990.

PERES, S. Associativismo, etnicidade indígena e transformações sociais: a manufatura política de direitos territoriais em Barcelos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro. Manaus: UEA Edições, 2010.

\_\_\_\_\_. A Política da Identidade: associativismo e movimento indígena no Rio Negro. Manaus: Editora Valer, 2013.





Clarindo Campo no II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro, 03/10/2009.  
Foto: Sidnei Peres